



AS CRIANÇAS PEQUENAS SOB UMA BOA GUARDA¹

Eric Plaisance²

Université René Descartes, Paris V, Sorbonne, UER, França

Tradução de Renato Abramowicz Santos

Resumo

As limitações profissionais e de tempo dos pais, as possibilidades institucionais e sociais na guarda e no cuidado das crianças pequenas levaram os sociólogos a redefinir as “idades” da pequena infância: 0-2 anos, a creche; 2-3 anos, o “*jardin d’éveil*”³; a partir dos três anos, a escola maternal, à qual devemos acrescentar a guarda em casa e, para as classes mais ricas, a empregada doméstica. A partir de entrevistas com pais, E. Plaisance mostra que os interessados ressaltam a liberdade de escolha (mesmo quando as ofertas são raras) e reforçam o tom da evidência de que a solução tomada era a melhor para eles e para a criança. Mas as respostas mostram também que eles buscam se informar, segundo meios que favorecem o “boca a boca” e que dão lugar aos fenômenos do rumor. De fato, a “escolha” dos atores é determinada, mas como para se tranquilizar e assumir sua responsabilidade, eles a descrevem voluntariamente como “livre”.

Palavras-chave: Guarda e educação de crianças pequenas; Escolha dos pais; Transmissão de rumores (boca a boca).

Veja também a versão original em francês publicada nesta edição.

SMALL CHILDREN IN SAFE CUSTODY

Abstract

Due to the constraints of parental work schedules, the institutional and social opportunities in minding and caring for young children have grown. This has led sociologists to redefine the 'ages' of early childhood. These are: 0-2, the crèche, 2-3, the kindergarten and from three years old on, play school. To this must be

¹ Publicado em: *Télémaque. Philosophie. Éducation. Société*, 2010, n°37, p. 83-97. (Presses Universitaires de Caen).

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Paris 5 – René Descartes – Sorbonne, França.

³ O *jardin d’éveil*, anunciado pelo governo Sarkozy em 2009, seria uma estrutura intermediária entre a família, a creche ou assistente maternal e a escola maternal. O *jardin d’éveil* deveria facilitar o despertar (em francês, *éveil*) progressivo da criança dando atenção particular para seu desenvolvimento psicossocial com o objetivo de prepará-la para a escola maternal. O autor, aliás, acredita que um projeto como esse, que concorre com a escola maternal sem garantia de qualidade, será provavelmente abandonado pelo novo governo de François Hollande (N. do T.).



added home care with a child-minder for wealthier classes. Based on interviews with parents, É. Plaisance shows that those involved put freedom of choice first (even when the choices are rare) and the weight of evidence underlines that the solution arrived at was the best for them and their child. But the responses also show that they try to inform themselves by ways that favor word of mouth and give room for rumor and hearsay. The 'choice' of those involved is constrained, but as if to reassure themselves and to show that they are assuming their responsibility, they willingly describe it as 'free'.

Key words: Custody and Education of Young Children; Parents' choice; Survey by interviews; Rumor spreading – Word of mouth.

See also the original French version published in this issue.

LES JEUNES ENFANTS SOUS BONNE GARDE

Résumé

Les contraintes horaires et professionnelles des parents, les possibilités institutionnelles et sociales dans la garde et la prise en charge des jeunes enfants, ont amené les sociologues à redéfinir les “âges” de la petite enfance : 0-2 ans, la crèche ; 2-3 ans, le “jardin d'éveil” ; à partir de 3 ans, l'école maternelle, à quoi il faut ajouter la garde à domicile et pour les classes les plus aisées l'employée de maison. À partir d'entretiens avec les parents, É. Plaisance montre que les intéressés mettent en avant le libre choix (même quant les offres sont rares) et soulignent sur le ton de l'évidence que la solution retenue était la meilleure pour eux-mêmes et pour l'enfant. Mais les réponses montrent aussi qu'ils cherchent à se renseigner, selon des modes qui favorisent le bouche à oreille et laissent place aux phénomènes de rumeur. De fait, le “choix” des acteurs est déterminé, mais comme pour se rassurer et assumer leur responsabilité, ils le décrivent volontiers comme “libre”.

Mots-clés: Garde et éducation des jeunes enfants; Choix des parents; Enquête par interviews ; Transmission des rumeurs (bouche à oreille).

Voir aussi la version originale française publiée dans ce numéro.

AS CRIANÇAS PEQUENAS SOB UMA BOA GUARDA

Introdução

Segundo um vocabulário consagrado, a “divisão das idades” não depende de dados naturais, anatomofisiológicos ou psicológicos, que atribuiriam boas fronteiras e bons períodos. É, ao contrário, no arbitrário histórico e social que



tais recortes são editados, o mais frequente em ligação estreita com as instituições, os dispositivos de acolhimento, as atribuições de responsabilidades, o reconhecimento dos direitos, como por exemplo, do direito a receber suportes financeiros. A situação é particularmente clara para aquilo que chamamos comumente e de maneira completamente convencional de “pequena infância”. As repartições de idades e as representações são intimamente ligadas. As análises, tornadas clássicas, de Chamboredon e Prévot demonstraram bem que a representação do bebê como objeto de cuidados fisiológicos e higiênicos perdeu importância em proveito da valorização dos aspectos culturais. O recorte se atenuou progressivamente, sob a influência da vulgarização da psicologia, entre a idade da amamentação objeto pré-cultural e a idade da criança “objeto cultural” (CHAMBOREDON e PRÉVOT, 1973). Além disso, para a definição de um limite de idade superior da pequena infância, a escola desempenhou sem dúvida um papel essencial, compreendido na “imposição de definições institucionais das capacidades e das performances ligadas às diferentes idades” (CHAMBOREDON e PRÉVOT, 1973, p. 314). E os autores não se esquecem de fazer referência a Philippe Ariès ao se perguntarem se uma evolução, comparável àquela que foi posta em evidência para a infância e a adolescência, não está em curso para a pequena infância⁴.

Essas evoluções não são únicas ao caso francês. Pois, é sobre o plano internacional que elas foram impulsionadas, sob a influência de organismos, tais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) ou a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que difundem a necessidade de desenvolver instituições e programas ditos “pré-escolares”, com toda a ambiguidade desse termo, pois ele pode muito bem se referir às estruturas escolares para a criança pequena, o mais comum a partir de três anos! Em todo caso, trata-se de fazer de modo que a criança pequena tenha “uma boa largada” na vida, em grande parte graças a um suporte à escolarização (UNESCO, 2007), ou ainda que as intervenções precoces ofereçam aos países investimentos proveitosos a longo prazo (OCDE, 1999). Complementariamente, tratar-se-ia também de reduzir as desigualdades sociais e culturais, mirando os grupos tidos como “desfavorecidos”.

⁴ Sob um ângulo histórico, Jean-Noël Luc (*L'invention du jeune enfant au XIX^e siècle*, Paris, Belin, 1997) examinou as denominações dos períodos da infância (até a idade de 7 anos) nas publicações médicas dos séculos XVIII e XIX e concluiu com o nascimento de uma “segunda infância”. Outras pesquisas foram consagradas a estabelecer um balanço crítico dos saberes sobre a pequena infância desde o final da Segunda Guerra Mundial. Gérard Neyrand (*L'enfant, la mère et la question du père. Un bilan critique de l'évolution des savoirs sur la petite enfance*, Paris, PUF, 2000) colocou em evidência rupturas sucessivas nas representações da pequena infância: primeiro, o papel central, quase exclusivo, da mãe no desenvolvimento afetivo da criança; depois, no período dos anos 1970, a reivindicação da autonomia das mulheres (livre disposição do corpo, atividade profissional...) e a reabilitação do acolhimento coletivo das crianças pequenas; enfim, nos anos 1980, a aparição do papel dos pais.



No entanto, debates recentes na França reativaram os questionamentos sobre as repartições das idades. Em essência, trata-se de tomadas de posição sobre as modalidades de guarda e de educação das crianças pequenas. Os balanços críticos mostraram de fato a falta de lugares de acolhimento, em ligação com o trabalho dos pais, sobretudo o das mães, e, geralmente, com a política familiar. Como formulado na linguagem administrativa, a “cobertura das necessidades” não é garantida. Estima-se que, de fato, 25% dos pais que pararam de trabalhar o fizeram por falta de solução de guarda⁵ e que seria preciso acomodar 60 lugares para 100 crianças de menos de três anos, algo aproximadamente entre 300.000 a 500.000 lugares, segundo a importância dada ou não à escolarização no maternal para crianças de 2 a 3 anos⁶. Proposições então foram editadas para acordar, por etapas sucessivas, as realidades de acolhimento com o objetivo do direito oponível⁷ de guarda formulado pelo presidente da República. E é precisamente aí que a divisão das idades adquire um novo apoio institucional: antes dos dois anos, a creche; entre dois e três anos, fórmulas inovadoras como o “*jardin d’éveil*”; depois dos três anos, a escola maternal⁸. É uma tentativa de racionalização que, no entanto, não corresponde nem às divisões atuais das idades institucionalizadas nem às diversas modalidades de guarda, tais como os pais podem experimentar. A constatação é a de um emaranhado de idades em função de diferentes serviços e instituições, dos quais o mais conhecido (e o mais fortemente contestado pelos poderes públicos hoje) é a percepção das competências da creche e da escola maternal para as idades de 2 a 3 anos⁹. Os pais procuram encontrar a solução de guarda que seja a mais satisfatória para eles e para sua criança, estando tudo subordinado às restrições pessoais de trabalho e de emprego do tempo e às restrições locais de disponibilidade ou não de determinada estrutura de acolhimento. Apesar da retórica habitual por vezes compartilhada por alguns pais, a escolha de solução

⁵ Segundo o relatório da deputada Michèle Tabarot, *Le développement de l’offre d’accueil de la petite enfance*, Paris, La Documentation française, 2008, p. 37.

⁶ *Ibid.*, p. 23.

⁷ O direito oponível é um direito social reconhecido pelo Estado ao cidadão e implica uma exigência de aplicação pela autoridade pública. Na França, esse direito é reconhecido há muito tempo para a escolarização após a idade de seis anos e para a saúde. A novidade foi a aplicação desse direito para a moradia e habitação e para a guarda da pequena infância (N. do T.).

⁸ Relatório do Senado sobre a escolarização das crianças pequenas pelos senadores Monique Papon e Pierre Martin, anexa ao Processo verbal da sessão de 22 de outubro de 2008. Orientações muito próximas são formuladas no relatório Tabarot, já citado, e o relatório do Centro de análise estratégica: “Accueil de la petite enfance: comment continuer à assurer son développement dans le contexte actuel des finances sociales”, *Note de veille*, nº 157, novembro de 2009.

⁹ A questão frequentemente suscitada é a da pertinência ou não da presença das crianças de 2 a 3 anos no maternal, com opiniões violentamente opostas. As ideologias espontâneas e as opiniões diretas, até propostas quase injuriosas a respeito dos profissionais do maternal, parte dos ministros da Educação nacional aí inclusos, precedem as análises cientificamente sustentadas.



existe verdadeiramente? Estratégias dirigidas, “uma correria para se virar”, ou bricolagem sobre o campo das possibilidades locais?

Quais investigações sobre os pais e os modos de guarda?

Esquemáticamente, dois grandes tipos de abordagens são habitualmente distinguidos: as abordagens quantitativas e as abordagens qualitativas. As primeiras, que geralmente dizem respeito a uma ampla amostra de pais, colocam em evidência as grandes características dos modos de acolhimento em termos dos usos feitos pelos pais, em função de seu emprego do tempo e em função de fatores determinantes, tais como a situação profissional, o nível do diploma, a categoria social e o tipo de residência. Em 2002 e depois em 2007, entrevistas desse tipo em milhares de residências (3.300 em 2002, 8.000 em 2007) especificaram a utilização dos diferentes modos de acolhimento ao longo de uma semana, distinguindo as crianças de menos de três anos daquelas de 3 a 6 anos. Para os mais jovens, foi a guarda pelos pais que dominou, para os mais velhos foi a escolarização (exceto quarta-feira), mas seu acolhimento fora das horas escolares ficou ainda a cargo dos pais¹⁰. As abordagens qualitativas são de outra natureza. Elas não visam mais recolher os dados de base e estabelecer correspondência das variáveis, mas cercar o mais precisamente possível as motivações dos pais, suas representações, seus processos de escolha. Como formula Howard Becker sobre um plano mais geral, a atenção aos processos precede as análises de causa, a ênfase é colocada sobre o “como” mais do que sobre o “porquê” (BECKER, 2002, p. 109). Os métodos são evidentemente diferentes, na maioria das vezes por meio de entrevistas e observações de campo, para perceber os diferentes casos, as histórias singulares, e mesmo os modos de argumentação. Como formula Claude Martin a propósito do acolhimento de crianças pequenas, procura-se perceber concretamente os “arranjos” dos pais “estudando caso a caso as práticas dos indivíduos que recorrem a suas redes familiares e aos recursos externos fornecidos pelos poderes públicos para articular seu tempo profissional, seu tempo familiar e seu tempo pessoal”¹¹.

A pesquisa de campo que descrevemos parcialmente corresponde ao viés qualitativo de uma pesquisa mais ampla sobre os pais e os modos de guarda das crianças de menos de três anos. Esse viés seguia o rastro de uma exploração quantitativa secundária dos dados da investigação de 2002 que foram dirigidas pelos serviços da DREES (ver nota 10)¹². Tratava-se de revelar os

¹⁰ Os resultados detalhados estão presentes nos documentos *Études et résultats* de la Direction de la recherche, des études, de l'évaluation et des statistiques (DREES- Ministère du travail...- Ministère de la santé...- Ministère du budget...), n° 235, abril de 2003 e n° 678, fevereiro de 2009.

¹¹ C. Martin, *L'accueil des jeunes enfants en Europe : quelles leçons pour le cas français ?*, Relatório para o Haut Conseil de la population et de la famille, 2002, p.187.

¹² Relatório de pesquisa, sob a direção científica de Eric Plaisance: *Déterminants et processus conduisant les parents à recourir à tel ou tel mode d'accueil des enfants de moins de trois ans*, Centre de recherche sur les liens sociaux, Université René Descartes, Paris V, outubro de 2006.



processos em marcha nas iniciativas realizadas pelos pais, nas soluções enfim adotadas, nas maneiras de se representar as vantagens e inconvenientes de determinado modo de guarda. As conquistas do viés quantitativo orientavam a investigação para a distinção entre os pais do meio rural e os pais do meio urbano, por causa de diferenças importantes dos equipamentos para a pequena infância segundo o contexto local. Numerosos trabalhos, mas também a experiência concreta dos pais confirmam as disparidades territoriais das ofertas institucionais de acolhimento. De fato, 43 entrevistas semi diretas foram dirigidas, sendo 24 em meio rural e 19 em meio urbano na periferia parisiense¹³. Sobre o conjunto das entrevistas, 36 foram feitas com as mães, 6 com casais, 1 com o pai. A guarda por uma assistente maternal agregada é mais importante no meio rural do que no meio urbano (10 casos no lugar de 4 no meio urbano), e mesmo a guarda pela família (mãe ou avó: 17 casos contra 4). Inversamente, a creche é um recurso mais frequente no meio urbano (9 casos contra 4 no meio rural), a empregada doméstica está presente somente no meio urbano (3 casos), assim como a *halte-garderie*¹⁴ (3 casos). Não queremos aqui descrever as diferentes modalidades de guarda adotadas pelos pais, ainda menos restituir o conjunto das análises de conteúdo efetuadas pelas entrevistas, mas sim enfatizar duas dimensões que apareceram como essenciais no discurso dos pais: a construção de escolhas e o recurso às informações veiculadas pelo boca a boca.

A escolha: retórica e discurso de evidência

A noção de escolha é frequentemente invocada nas políticas oficiais destinadas ao acolhimento da pequena infância. É uma verdadeira retórica da escolha que é utilizada, mas com variações importantes de significações ao longo do tempo. No imediato pós-guerra, os objetivos eram abertamente natalistas e o Estado encorajou a mãe a ficar em casa (alocação de salário único). De fato, as taxas de atividade feminina não aumentaram até os anos 1960, anos de grandes mutações socioeconômicas. Os poderes públicos foram obrigados a considerar esses novos dados. No meio dos anos 1970, invoca-se a necessária “conciliação” da vida profissional e da vida familiar, discurso que se dirige de maneira unilateral às mulheres. Em 1977, Valéry Giscard d’Estaing anuncia então medidas diversas (tempo parcial, horários variáveis de trabalho, possibilidade para a mãe interromper o trabalho por dois anos depois do nascimento de uma criança) argumentando a favor da “escolha” deixada à mãe de família entre a educação

¹³ O viés qualitativo do relatório de pesquisa foi redigido por Catherine Bouve e Éric Plaisance. É sobre a base dessa parte do relatório que esse texto se refere. As entrevistas no meio rural foram realizadas por Catherine Bouve.

¹⁴ Tipo de estrutura de acolhimento temporário para crianças pequenas. A *halte-garderie* oferece uma guarda ocasional e de curta duração (algumas horas ou meia jornadas diária por semana) para crianças menores de seis anos, segundo as necessidades dos pais (N. do T.).



direta da criança e a manutenção de uma atividade profissional. Apesar do desenvolvimento, no começo dos anos 1980, de uma política global em favor da pequena infância (relatório Boulaya-Roussille de 1982), é ainda a argumentação da escolha que está presente nas declarações governamentais ulteriores. A multiplicidade de fórmulas de alocações possíveis orienta agora para uma noção de escolha frente aos diferentes modos de guarda, como se se tratasse de um “mercado” aberto e disponível para os pais suscetíveis de exercer livremente suas preferências¹⁵.

A retórica oficial mascara a diversidade real das soluções possíveis para os pais: simples aceitação daquilo que somente pode ser visto em função das questões financeiras, das condições de trabalho e situações espaciais locais ou, por outro lado, estratégias lucidamente elaboradas, implicando o cálculo de vantagens, perspectivas em longo prazo e uma relação sabiamente construída no tempo e no espaço. De maneira ilusória, a “escolha” implicaria que todas as famílias se encontrariam frente a apostas claramente distintas, com capacidades de decisão relativamente parecidas, até mesmo com a liberdade de optar por uma solução mais do que outra, como se elas tivessem igualmente todos os instrumentos em mãos para jogar “com armas iguais” dentro de um campo de possibilidades¹⁶.

Diante das diversidades, o que nos trazem os dados das entrevistas?

O privilégio dado à creche

Para a maioria pesquisada dos pais utilizadores das creches, o mais comum sendo do meio urbano, essa solução se impõe como uma evidência que nem tem a necessidade de ser questionada. No momento de uma entrevista onde

¹⁵ A implementação da prestação de acolhimento da jovem criança (PAJE, em francês), em 2004, prevê que para além do suporte de prestações ditas “de manutenção”, as alocações complementares podem ser atribuídas em função da “livre-escolha” dos pais: o complemento de livre escolha de atividade (PAJE-CLCA) e o complemento de livre escolha do modo de guarda (PAJE-CMG). Em 2006, outro complemento foi introduzido: o complemento opcional da livre escolha da atividade (COLCA), que abre a possibilidade de uma licença parental mais curta e melhor remunerada a partir do terceiro filho.

¹⁶ Numerosas pesquisas sociológicas tratam da escolha escolar das famílias, por exemplo, para a frequência de uma determinada escola, pública ou privada, para decidir a orientação no segundo grau, ou ainda para “furar” um estabelecimento não desejado aproveitando medidas ditas de “derrogação”. A pesquisa mais recente sobre a questão da escolha do colégio é a de Agnes van Zanten, *Choisir son école. Stratégies familiales et médiations locales*, Paris, PUF, 2009. Para ela, as escolhas escolares se situam “entre motivos individuais e efeitos contextuais” (p.233). Os trabalhos britânicos de Stephen Ball e de seus colaboradores sobre as escolhas escolares e as escolhas dos modos de guarda da jovem criança pelos pais de classe média são também de grande ajuda, ao mesmo tempo por sua fundamentação empírica e por seu enquadramento teórico.



o entrevistador havia começado o diálogo pela expressão, sem dúvida nenhuma mal intencionada, dos “problemas” postos pelos modos de guarda, uma mãe reagiu vivamente fazendo referência direta a creche coletiva utilizada:

“Você fala de problemas, mas saiba que para nós, não há problema, está mais para uma super solução” (mãe, secretária, meio urbano).

E ela chamava atenção para sua experiência com a creche, interiorizada desde o primeiro filho: *“a gente conhecia isso de cor”*. A experiência desempenha aqui claramente um papel de reforço para essa mãe, cujos dois filhos frequentaram a mesma creche que o terceiro que tem agora 13 meses.

A experiência anterior, mais ou menos direta, dos pais pode então levar à solução “creche”. Uma mãe, atualmente agente administrativa, trabalhou como *baby sitter* de uma criança que frequentava uma creche. Além disso, sua própria mãe trabalhou como funcionária de limpeza de uma. A creche é, portanto, um meio que lhe é familiar e faz parte de sua “paisagem”. Ela também fez estágios em creche na época que foi para o colégio:

“Eu achava bom para as crianças, eu me dizia que não era ruim, eles fazem realmente muitas atividades, eles despertam para o mundo!” (mãe, agente administrativa, meio urbano).

Para outra mãe, a creche faz mesmo parte *“do inconsciente coletivo”*, segundo sua própria expressão. É como se o critério do fato social segundo o modelo durkheimiano (a força exterior que se impõe) fosse totalmente interiorizado por essa mãe. É seu primeiro filho e primeira experiência com uma creche *“enquanto mãe”*, diz ela, pois a creche foi usada por seu irmão e ela guardou algumas lembranças. Certamente, ela reconhece que se outro modo de guarda tivesse sido utilizado por seu irmão poderia, também, tê-la influenciado (por exemplo, a assistente maternal), mas a creche é agora vivida como *“um modo de guarda lógico”*:

“Eu tenho também a impressão que no inconsciente coletivo, a creche é a solução quando nos colocamos a questão, rapidamente vem “você tem uma vaga na creche”? [...] Então, é o que se impõe imperativamente, em uma primeira reflexão como essa” (mãe, engenheira, meio urbano).

Para outra mãe, agora de um meio rural que possui apenas uma única creche, a evidência da escolha se lê também pela força da determinação e pela confiança no pessoal da creche:



“Eu sabia que queria que ela [sua filha] estivesse na creche [...] creche é lugar de pessoas qualificadas, elas são muitas, então se tem uma que se irrita ou algo assim, elas se substituem; eu tinha mais confiança” (mãe, auxiliar escolar, meio rural).

Uma mãe afirma ainda a evidência da creche frente às iniciativas, julgadas desanimadoras, para encontrar uma boa assistente maternal:

“Uma babá, deve-se perguntar a torto e a direito, quem é a melhor, é preciso que haja lugar também [...]. Era uma evidência que nós íamos colocar nosso filho na creche”. Sobre seu cônjuge, ela diz: “é verdade que ele também preferia a creche, mas ele também não se colocou verdadeiramente a questão; era a creche e foi isso mesmo” (mãe, recepcionista, meio rural).

Para alguns pais, a creche é realmente vivida como um serviço público sobre o modelo da escola. É um “a priori favorável” para esse pai de um primeiro filho de 20 meses que vai à creche desde os nove meses:

“Finalmente, a gente tinha uma espécie de a priori favorável para a creche que se reforçou na prática; a gente tinha uma imagem da creche mais para positiva e que, na realidade, vivemos isso de dentro, era nosso primeiro filho e não tínhamos experiência; ela se revelou fundamentada e até mesmo reforçada” (pai, professor de escola, meio urbano).

Para uma mãe cuja filha, prestes a passar para o maternal, está na creche desde os cinco meses, a creche é da ordem do desejo, bem consolidado há muito tempo:

“Eu sempre quis privilegiar a creche como modo de guarda, porque tenho um menino que tem 7 anos hoje e que conheceu outros modos de guarda [...] antes mesmo que ele fosse cuidado, eu procurava a creche”. E ela acrescenta em seguida: “a gente quase poderia dizer que é o ideal, em uma pequena creche como essa, em todo caso” (mãe, responsável por recursos humanos, meio urbano).

Esse qualificativo de ideal é muitas vezes utilizado por diferentes pais, utilizadores de creches no meio urbano, mesmo que, no decorrer das entrevistas, eles evoquem questões difíceis de ajuste de horários, o da creche e o de suas vidas profissionais. É verdade que o mesmo qualificativo intervém também nos comentários dados por pais que recorreram a outros tipos de soluções, como por exemplo, a guarda pelos avós, mas nesse caso no meio rural. Assim, Madame Y. (animadora, meio rural), cuja própria mãe, assistente maternal,



cuida de seu filho: “Evidência”, “escolha natural”, ela diz, “*nós nem chegamos a discutir (risos), pois era evidente*”. Como se o modo de guarda adotado, seja qual for, necessitasse no discurso dos pais mais do que uma simples justificação: um tipo de reafirmação da pertinência da solução adotada, reafirmação que se torna ainda mais imperiosa já que se trata de consentir com a separação da jovem criança. A afirmação do “ideal” para um modo de guarda ganha então sentido tanto como solução prática para os pais quanto como lugar de vida que parece ser o melhor para a criança. Ela toca na questão da confiança que é, nas situações de guarda pela creche ou pelos avós, dada de cara, sem ter *a priori* necessidade de passar por um processo de construção, como é mais massivamente o caso para a assistente maternal que é frequentemente submetida à crítica, pela ausência de uma equipe de trabalho e pela dificuldade em consentir na delegação de confiança.

Uma solução das classes superiores: a empregada doméstica

Na entrevista, três famílias do meio urbano utilizam a guarda a domicílio de suas crianças por uma empregada. Uma solução dessas está diretamente ligada a elementos da vida familiar evocados nas entrevistas, tais como recursos financeiros e número de filhos, porém as facilidades de moradia contam também, mesmo que não formuladas pelas mães, são percebidas nas observações de campo. Para as três mães entrevistadas, a guarda a domicílio é vivida como “o modo de guarda ideal”, como “confortável”. São as mesmas expressões que (re)vêm de maneira insistente. O conforto advém primeiro da possibilidade de organizar a vida cotidiana de maneira a ajustar o modo de guarda com as atividades profissionais da mãe e do pai. Mas esse ideal é também o conforto da própria criança, que fica em casa, que se encontra “tranquila”, que vive no “seu ritmo” e que ainda não corre o risco de se contaminar com a propagação de doenças infantis pela creche. Apresentemos em detalhe um único exemplo significativo.

Madame K. (a mãe) é executiva no mercado financeiro. O pai é diretor de uma empresa de produtos alimentares. Eles têm três filhos. O primeiro é uma menina de cinco anos que vai ao maternal, os outros dois são mais jovens: três anos e um ano e meio. O que levou à guarda a domicílio foi o fato de terem ultrapassado o patamar de dois filhos, mesmo que antes a creche tenha sido utilizada assim como uma guarda partilhada:

“Podemos ter preferências por um modo de guarda ou por outro, na medida em que temos possibilidade de escolher, pois, isso não é evidente, para o caso da creche se não tem lugar, não temos escolha. Para mim, foi o fato de ter tido 3 filhos. Foi primeiro uma questão de conforto com três filhos, o fato de ter dois pequenos em casa e apenas um escolarizado... em termos de conforto, é



muito mais agradável... para as crianças pequenas, é muito, muito bom; a casa é uma solução muito satisfatória, eles ficam tranquilos, eles têm o seu ritmo, não há necessidade de lhes solicitar de maneira um pouco estressada ou estressante, de manhã para partir e etc. Isso me deixa muitas possibilidades em termos do trabalho que a creche dá, isso deixa uma maior flexibilidade em termos de arranjo com as pessoas. Em relação à creche e ainda na questão financeira, é muito mais caro que a creche, evidentemente... mas na medida em que há três crianças, a diferença não é assim tão importante... uma babá em casa para uma criança custa muito, comparativamente à creche, com três, fica mais interessante” (mãe, executiva, meio urbano).

A chegada de um terceiro filho modificou as opções desses pais, em favor da solução a domicílio. Mesmo com a creche sendo apreciada como “*uma estrutura que é perfeitamente adaptada para crianças de pequena idade*”, o custo financeiro para dois filhos era “pesado” e a distância da creche trazia dificuldades para a vida cotidiana, para levar os filhos cedo toda manhã. Além disso, no final do dia, uma pessoa remunerada ia buscá-los. Era assim “uma solução mista”, porém custosa. Ainda, o custo financeiro da guarda a domicílio não parece impossível de suportar, comparativamente ao custo mais baixo da creche, não só pelas vantagens que traz para a vida cotidiana (“a flexibilidade”), mas também porque “*a diferença não é assim tão importante*” quando temos três filhos. Foi a mãe que pesou na decisão final da pessoa a domicílio, pois seria ela que enfrentaria os maiores aborrecimentos da vida cotidiana:

“A organização, a ida para a creche, acordar as crianças, a hora de se vestir, etc., então manter na creche seria eu que teria que suportar... Ele [o pai], com seu trabalho, não tinha possibilidade de garantir a manhã... A decisão fui eu quem tomou, isso dizia respeito mais diretamente ao meu cotidiano” (mãe, executiva, meio urbano).

As condições de trabalho da mãe também pesaram para o recurso à empregada doméstica, por vezes chamada de “a pessoa”, como que para produzir um efeito de distanciamento¹⁷. É um apoio essencial para a continuidade do trabalho, em particular porque arranjos são possíveis:

“Se eu tenho que voltar um pouco mais tarde, se há um imprevisto, eu dou uma ligada para casa, eu vejo com a pessoa se não há

¹⁷ Essa mesma mãe efetuou de maneira quase profissional o recrutamento da assistente maternal a domicílio (pequenos anúncios, PMI, ANPE) para avaliar as referências da pessoa a ser recrutada e obter garantias sobre sua experiência. A mãe assume aqui o papel de uma responsável de recursos humanos.



problemas para ela, em geral, nós nos arranjamos e eu posso chegar uma hora e meia mais tarde do que o previsto, o que deixa uma flexibilidade para mim importante” (mãe, executiva, meio urbano).

Apesar dos fortes contrastes entre as soluções adotadas pelos pais, chama atenção a importância dada nos seus discursos para a noção de escolha ou da evidência da escolha. O que não elimina os comentários por vezes paradoxais. Assim, uma mãe no meio urbano interpreta a aceitação de seu filho na creche como uma “escolha” e também como uma “sorte”, mas ela logo acrescenta que na ausência de aceitação, ela mesma cuidaria do filho! De maneira corrente, os pais assimilam a solução local encontrada a um ideal e, para além das considerações práticas que eles invocam em prioridade, eles a justificam com argumentações sobre sua pertinência educativa, geralmente em oposição com a assistente maternal. Como se se tratasse de “fazer da necessidade uma virtude”, de justificar posteriormente, de se convencer que a solução de acolhimento é verdadeiramente aquela que melhor convém, que a “escolhemos” com todo conhecimento de causa.

No meio rural, é verdade que a escassez de soluções pesa sobre as possibilidades. As escolhas são muito mais escolhas-padrão do que cálculos racionais sobre um conjunto de opções abertas. Em favor da assistente maternal, mesmo que frequentemente criticada, a experiência anterior, adquirida nas famílias, pode desempenhar um papel de reforço da convicção favorável. Mais uma vez, como para a solução “creche” dominante no meio urbano, a solução “assistente maternal” pode ser percebida como “evidente”. Ainda é preciso que a confiança seja estabelecida com a pessoa que vai se ocupar cotidianamente da criança. Se essa confiança pode existir em função do conhecimento prévio da pessoa ou em função de uma investigação de campo junto do ambiente que é explorado por certas mães (pois “é preciso encontrar a babá certa”), então os pais se encontram em posição de delegar a guarda, estimando-se em segurança. Situação que é ainda diferente da creche, onde a equipe de profissionais beneficiada por parte dos pais que a utilizam de um crédito de confiança atribuído a uma instância coletiva que exerceria uma espécie de autocontrole sobre seu funcionamento.

O rumor e o boca a boca: a confiança nos “saberes quentes”

Os dados de entrevista revelam o peso de fenômenos sociais que, por construção metodológica, são indetectáveis pelas abordagens quantitativas clássicas por questionários. O primeiro desses são os fenômenos de rumor, atestados ou não, que guiam os pais na sua apreciação da pertinência ou não de determinado modo de guarda para sua criança. Em busca de informações sobre as vantagens e os inconvenientes, eles se voltam prontamente para aquilo que pode ser difundido de maneira informal por outros pais, mas também por outros



informantes julgados bem colocados para que sua palavra seja digna de sua confiança.

De maneira geral, tanto no meio rural quanto no meio urbano, os rumores se concentram sobre as assistentes maternas. Na realidade, dois níveis de rumores devem ser distinguidos: os rumores gerais, aqueles que partilham de uma informação difusa, de uma ideologia global, retransmitida pelas mídias; e os rumores mais localizados, verdadeiros ou falsos, relacionados com situações e pessoas específicas. No primeiro caso, os pais revelam seu temor, ou mesmo seus medos dos riscos de abandono de seu filho ou mesmo de maus tratos por parte das assistentes maternas. Os argumentos dessa mãe são bem significativos do aumento eventual do medo ao longo da entrevista:

“Era disso que eu tinha medo com uma ama, que ela fica em um cômodo durante todo o dia [...] escutamos tantas coisas que, afinal, são relativamente desconhecidas e eu tinha um pouco medo disso... agressões contra as crianças, sequestros de crianças, esse tipo de coisa que me davam muito medo”. Por quais canais? “É o que se escuta nas notícias, nas mídias, não é do vivido, não é do conhecido, é daquilo que a gente escuta, são ruídos, mas eu admito que isso me dava relativamente medo” (mãe, empregada, meio urbano).

No segundo caso, o rumor é difundido por redes de informações informais e locais, entre pais, entre vizinhos:

“Vamos falar de outras assistentes maternas da cidade, sabendo que algumas pregam as crianças em maçanetas de portas com dois metros de altura para que elas não se movam” (mãe, empregada, meio urbano).

Mas os pais podem se colocar em uma verdadeira posição de investigadores no seu ambiente próximo para conhecer a reputação de determinada assistente e não deixar isso ao acaso. O exemplo mais gritante nos é dado por uma mãe do meio rural que busca saber qual tipo de alimentação a assistente compra no comerciante:

“[...] Eu estava informada, eu conhecia mães que haviam colocado seus filhos, que me haviam dito: oh não tem problemas, tudo se passa muito bem, [...] eu sabia como ela havia cuidado dos outros, eu sabia como tinha se passado [...] me disseram que seus princípios de educação eram muito bons, que ela era muito gentil com as crianças, mas era, de qualquer modo, uma babá bastante severa, que era bastante rígida; eu me informei, é claro, no verdureiro que eu conhecia, eu lhe disse “lá vem ela, a babá”, ele me disse “ah sim, sim, todas as quintas ela compra pescada”,



então é verdade, isso me tranquilizou, a questão alimentar é também importante” (mãe, profissão intermediária, meio rural).¹⁸

A rede de informação pode ser também muito ampla como para esse pai do meio urbano, que usa eventualmente o contraponto da opinião de sua farmacêutica, recorrendo à creche:

“Falando com outros pais de crianças mais velhas, vizinhos, pessoas, a farmacêutica, por exemplo... discutir os modos de guarda... é impressionante, todo mundo tem sua opinião sobre os modos de guarda, a farmacêutica nos diz: “não, não, a creche não, a creche é um ninho de micróbios, ele vai pegar todas as doenças no primeiro ano, ele vai estar o tempo todo doente e finalmente você será obrigado a ficar com ele o tempo todo em casa, ponha ele numa assistente maternal, e depois você verá mais tarde...” é sua experiência pessoal, ela teve uma assistente maternal, ela estava muito contente com esse modo de guarda e ela militava mais pelas assistentes maternais, mesmo que dissesse que essa creche era verdadeiramente boa” (pai, professor, meio urbano).

Certamente, a assistente maternal não é sistematicamente desvalorizada, mas é incontestavelmente a creche que recebe os sufrágios mais favoráveis, mas ainda assim com o apoio de uma rede de informações:

“E depois, nos pareceu que entre os diferentes modos de guarda que existiam, era um modo de guarda que combinava ao mesmo tempo uma certa segurança para os pais, uma segurança porque é uma estrutura na qual temos diversos interventores, como uma espécie de autocontrole da própria estrutura... Bom... em um contexto onde se escuta muitos problemas sobre as guardas de criança, as crianças que apanham, as crianças disso, as crianças aquilo, não é evidente confiar sua criança a uma pessoa e... uma pessoa desconhecida, e então pronto... eu tenho efetivamente colegas que tinham modos de guarda diferentes, que tiveram problemas, não exatamente na maneira pela qual a criança era cuidada, mas problemas de contrato de trabalho, a criança não era especialmente mal tratada, mas acontece que uma vez ele foi deixado um pouco só, uma vez ele se encontrou na ANPE com a babá, enfim. Por diversas razões, tudo isso, é a segurança” (mãe, engenheira, meio urbano).

Como interpretar a importância dada pelos pais a esses fenômenos de rumor? Poucos trabalhos existem sobre os fenômenos de rumor. A pesquisa de

¹⁸ O bom peixe como critério de qualidade da assistente maternal: a pescada e a babá!



campo de Edgar Morin (1969) sobre o rumor de Orléans ficou famosa, mas ele se referia à propagação de uma suposta informação sobre o desaparecimento de jovens mulheres nas lojas de roupa de comerciantes judeus. Os trabalhos sobre os rumores em relação aos modos de guarda da pequena infância ou a escolaridade permanecem raros. Podemos felizmente recorrer às pesquisas dirigidas em Londres por Stephen Ball e seus colaboradores (1998, 2004), que apresentam dados de campo sobre os pais de classe média que recorreram ao “boca a boca” para recolher informações sobre as escolas secundárias. Na realidade, a expressão em inglês, que não faz sentido em uma tradução literal (em francês), é: *I heard it in the grapevine*¹⁹. Para esses autores, o “boca a boca” é enraizado nas redes locais, difundido nos diferentes grupos sociais e utilizado por eles. É “um ensaio coletivo para dar sentido aos lugares e aos traços particulares que ali se encontram (nesse caso, na escola). Ele funciona e ele é animado por meio das histórias que se contam, dos rumores e fofocas²⁰”. Opõem-se assim, de um lado, o saber “frio” que é o saber oficial que é destinado a uma difusão pública (sob uma forma abstrata, como os resultados de exames, as listas de atividades escolares, as grandes linhas de políticas escolares...), e, de outro lado, o saber “quente”, baseado nas respostas afetivas e na experiência direta. Na pesquisa de campo londrina, uma tipologia dos pais é esboçada: o privilegiado/competente (que tem um forte desejo de escolha e uma grande capacidade de escolha); o semi-competente (que tem um forte desejo de escolha e uma fraca capacidade de escolha); o desconectado (que tem um fraco desejo de escolha e uma fraca capacidade de escolha). Para os autores, o aspecto mais impressionante é aquilo que se escuta no “boca a boca”, na medida em que todos os pais se referem, de um nível a outro, às impressões e às experiências dos amigos, dos vizinhos e de outros pais em sua escolha de escola. É também nas situações onde reinam as ambiguidades que o “boca a boca” é particularmente utilizado, como uma fonte de informação mais digna de confiança do que as fontes oficiais. Os pais são atentos às informações que dizem respeito aos comportamentos dos alunos na escola, à “felicidade” de seus próprios filhos, o seu bem-estar geral e sua segurança, aquilo que as escolas não escolhem apresentar. O “boca a boca” é então uma maneira eficaz pela qual os pais podem contornar o controle profissional sobre as informações e obter uma opinião sobre as condições diretamente vividas pelos alunos na escola²¹. Em definitivo, o “boca a boca” intervém em um contexto, na “paisagem” da escolha da escola, com aquilo que isso comporta de aspectos

¹⁹ É o título de um artigo de S.J. Ball e C. Vincent (1998) sobre as escolhas escolares. “Grape” é a uva e “grapevine” é a videira. Mas a expressão utilizada tem um sentido figurado, que remete ao mesmo tempo à difusão de informações pelo “boca a boca” e à fixação do terreno. Pode-se dizer também em inglês: “*I heard it through the grapevine*”, como se, no momento das colheitas, se difundisse informações fora dos canais oficiais!

²⁰ S.J. Ball, C. Vincent, “*I heard it in the grapevine’...*”, p. 379, tradução nossa.

²¹ Os autores mostram também a diversidade das reações dos pais à difusão das informações pelo “boca a boca”: a suspeita, a dúvida, a aceitação.



afetivos. Ele permite aos pais se sentirem mais firmemente fixados em sua escolha, seguro pelas opiniões e pelas escolhas de amigos ou de outros pais. No quadro geral de uma “crise das representações” concernindo à escola, o “boca a boca” tem uma dupla função: ele fornece informação, mesmo que com lacunas, e ele oferece “um meio de comparação social, com outros como nós e com outros que não são como nós”²². A escolha da escola deve então ser compreendida no seio das estratégias gerais de consumação da parte das classes sociais.

Esses mesmos autores analisaram mais brevemente o “boca a boca” a propósito da guarda da jovem criança²³. Abordando a questão do mercado da escolha de serviços para a criança pequena (o pré-escolar), eles entrevistaram mães de classe média que desenvolvem uma estratégia de personalização da transação financeira de guarda, que procuram construir relações com os profissionais, insistir sobre a afetividade (por exemplo, sobre as carícias que alguns profissionais dão às crianças). Nessa iniciativa para personalizar o mercado da guarda, as mães recorrem às redes com mães que se encontram em situações similares. Esse saber do “boca a boca” é um “saber quente”, de primeira mão, fortemente valorizado. Mas, contrariamente ao mercado escolar, é a falta de “saber frio” que prevalece no mercado pré-escolar. São então as recomendações pessoais provindas de outros pais, de amigos, ou até mesmo de alguns especialistas (aqueles que controlam a higiene dos serviços), que são altamente apreciados por seu valor de julgamento e de experiência. Em conclusão, os autores insistem sobre os “compromissos” que as mães são obrigadas a construir (os pais estando completamente em segundo plano). Encontrar uma solução de guarda aceitável, um meio termo entre preferência e necessidade, e personalizar as relações no mercado de guarda são as duas tarefas que impõem às mães um trabalho para elas mesmas. Elas procuram lidar com a culpa e o medo e se justificar em parte perante elas próprias.

Qual é o interesse da comparação com a pesquisa britânica para nossa pesquisa sobre os pais? As entrevistas dirigidas na França junto aos pais utilizadores de diferentes modos de guarda revelam bem a importância das diversas informações que eles buscam recolher para decidir entre uma determinada solução. Manifestadamente, eles buscam conhecer as vantagens e os inconvenientes de um determinado modo de guarda. Mas eles não se contentam com uma informação geral, por exemplo, com as disponíveis nas prefeituras, nos serviços dos CAF, etc. Eles desejam conhecer as reputações, saber se precisamente tal lugar, tal creche é adequada, se uma dada assistente é digna de confiança. Nesse sentido, os pais revelam uma grande atenção dada aos “boatos”, àquilo que dizem na vizinhança, àquilo que outros pais puderam experimentar e àquilo que eles relatam. Eles são levados a comparar os modos

²² S.J. Ball, C. Vincent, “‘I heard it in the grapevine’...”, p. 393.

²³ C. Vincent, S.J. Ball, “A Market in Love? Choosing pre-school childcare”, *British Educational Research Journal*, 27-5, 2001, p. 633-651.



de guarda entre si segundo informações que não passam necessariamente por descrições oficiais dos organismos públicos, mas que se aproximam muito dos fenômenos de rumor ou que passam pelo “boca a boca”. Essa comparação, quando feita, não se realiza necessariamente segundo critérios objetivamente definidos, mas muito mais pela opinião, mais ou menos aceita, que lhes é dada sobre o valor de determinado modo de guarda. Por vezes ainda, os pais formulam racionalizações e justificações *a posteriori*: aquilo que se adotou como modo de guarda, mesmo sendo uma escolha forçada, é aquilo que convém, aos pais e a sua criança²⁴!

Conclusões

A guarda da jovem criança é um assunto altamente político. Pois, ele engaja orientações não só em termos de serviços e de instituições, de profissionais qualificados, mas também em termos de suporte às famílias e de emprego, principalmente do emprego feminino. Além disso, os engajamentos financeiros são ao mesmo tempo nacionais e locais, em particular comunais. É também um assunto que está no coração das preocupações dos pais para a organização de sua vida cotidiana. Mas podemos atribuir ao conjunto dos pais capacidades equivalentes de “escolha”? A retórica oficial o postula, incluindo os diferentes dispositivos de alocação que utilizam esse vocabulário uniformizante. A realidade é completamente outra. Os pais, mesmo se eles dispõem de redes sociais e de capacidades financeiras, encontram-se frente a combinações práticas entre seus desejos e as possibilidades locais reais. Para outros pais, por exemplo, para mães que têm um trabalho pouco gratificante e mal remunerado, as alocações para donas-de-casa são tidas como mais interessantes do que a manutenção no emprego. Nesse sentido, as restrições territoriais, particularmente mais fortes no meio rural onde as ofertas institucionais são limitadas, e os pertencimentos de classes que fabricam *habitus* diferenciados orientam as possibilidades. Como formula Pierre Bourdieu, “os agentes *fundam* de alguma maneira a sua prática mais do que a escolhem em um livre plano ou que são forçados por uma imposição mecânica”²⁵. O que não impede de forma alguma os pais, ou mais especificamente alguns deles, de se referir ao mesmo tempo a uma “escolha” livremente assumida e a um tipo de evidência que se impõe a eles. Sem dúvida, um efeito de racionalização das soluções adotadas intervém aqui para dar aos pais uma segurança subjetiva, já que a questão de acolhimento de seu filho envolve o ponto central do apego afetivo.

²⁴ Esses discursos entusiasmados não são, no entanto, os únicos e podemos também recuperar discursos de decepção ou de reticência em relação a determinadas soluções adotadas ou previstas. Esses são, entretanto, concentrados sobre modos de guarda específicos, ao menos nos nossos dados recolhidos: as assistentes maternas e os avós.

²⁵ P. Bourdieu, *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987, p. 127.



Referências bibliográficas

BALL, S.J. et VINCENT, C. 'I heard it in the grapevine': 'hot' knowledge and school choice, **British Journal of Sociology of Education**, 1998, 19 - 3, p. 377-400.

BALL, S.J. ; VINCENT, C. ; KEMP, S. «Un agréable mélange d'enfants...»: prise en charge de la petite enfance, mixité sociale et classes moyennes, **Education et Sociétés**, 2004, n°14, p.13-31.

BECKER, H. **Les ficelles du métier**. Comment conduire sa recherche en sciences sociales [1998]. Paris: La Découverte, 2002, p.109.

BOURDIEU, P. **Choses dites**. Paris: Ed de Minuit, 1987.

BOUVE, C. **Les crèches collectives**: usagers et représentations sociales. Contribution à une sociologie de la petite enfance. Paris : L'Harmattan, 2001.

BOUVE, C. ; LETRAIT, M. ; PLAISANCE, E., avec la collaboration de PAWLOWSKA A. **Déterminants et processus conduisant les parents à recourir à tel ou tel mode d'accueil des enfants de moins de trois ans**, CERLIS, Université René Descartes – Paris 5, rapport pour la DREES, oct. 2006.

CENTRE D'ANALYSE STRATEGIQUE. Accueil de la petite enfance : comment continuer à assurer son développement dans le contexte actuel des finances sociales , **Note de veille**, n°157, novembre 2009.

CENTRE D'ANALYSE STRATEGIQUE. **Rapport sur le service public de la petite enfance**. Paris, La documentation française, 2007.

CHAMBOREDON, J.-C. et PREVOT, J. Le "métier d'enfant", définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle, **Revue Française de Sociologie**, 1973, n° XIV-3, p. 295-335.

JENSON, J. et SINEAU M. La France. Quand liberté de choix ne rime pas avec égalité républicaine, in **Qui doit garder le jeune enfant ?** Modes d'accueil et travail des mères dans l'Europe en crise, LGDJ éditions, 1998, (collection Droit et société), p. 141-172.

LEPRINCE, F. **L'accueil des jeunes enfants en France** : Etat des lieux et pistes d'amélioration, Rapport pour le Haut Conseil de la population et à la famille, janvier 2003.

LUC, J.-N. **L'invention du jeune enfant au XIXe siècle**. De la salle d'asile à l'école maternelle, Paris : Belin, 1997.



MEDA, D. et PERIVIER, H. **Le deuxième âge de l'émancipation**. La société, les femmes et l'emploi, Paris : Seuil, 2007.

MORIN, E. (ed). **La rumeur d'Orléans**. Paris : Seuil, 1969.

NEYRAND, G. **L'enfant, la mère et la question du père**. Un bilan critique de l'évolution des savoirs sur la petite enfance, Paris : Presses Universitaires de France, 2000.

OCDE. La prise en charge des tout jeunes enfants : un investissement à faire fructifier au mieux, in : **Analyse des politiques d'éducation 1999**, Paris, Centre pour la recherche et l'innovation dans l'enseignement, Paris, OCDE, 1999, p. 31-55.

PLAISANCE, E. et RAYNA, S. L'éducation préscolaire aujourd'hui : réalités, questions et perspectives, **Revue française de pédagogie**, 1997, n° 119, p.107-139.

PLAISANCE, E. **L'enfant, la maternelle, la société**. Paris : Presses Universitaires de France, 1986.

TABAROT, M. **Le développement de l'offre d'accueil de la petite enfance**, Paris : La documentation française, 2008.

UNESCO. **Un bon départ**. Éducation et protection de la petite enfance, Paris : Éditions UNESCO, 2007.

Van ZANTEN, A. **Choisir son école**. Stratégies familiales et médiations locales, Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

VINCENT, C. et BALL, S.J. A Market in Love? Choosing pre-school childcare, **British Educational Research Journal**, 2001, 27 - 5, p. 633-651.

Enviado em: 13/10/2012

Aceito em: 23/11/2012